



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALINHOS - SP
CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS
EDITAL NÚMERO 001/2026

PROVA OBJETIVA/ DISCURSIVA

PROCURADOR

CRONOLOGIA		TIPO DE PROVA
Tempo mínimo	2h00min	A
Duração máxima da prova	5h00min	

Nome do candidato _____

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. A duração máxima da prova será de **5h00min (cinco horas)**, incluindo a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito). Os candidatos poderão entregar o Caderno de Provas e retirar-se do local, somente 2h00min (duas horas) após o efetivo início. **Por motivo de segurança, o candidato não poderá levar consigo o caderno de provas..**
2. A respectiva prova é composta por 40 (quarenta) questões com 4 (quatro) alternativas de resposta cada, com somente uma resposta correta e UMA prova discursiva.
3. Para assinalar as RESPOSTAS no Cartão de Respostas (gabarito), utilize caneta esferográfica de tinta **PRETA ou AZUL** fabricada **OBRIGATORIAMENTE** em material transparente. A transcrição da Prova Discursiva para o Cartão de Respostas (gabarito) deve ser feita à caneta. Não serão consideradas respostas escritas a lápis. A resposta da Prova Discursiva deverá conter no mínimo 40 (quarenta) linhas e no máximo 80 (oitenta) linhas.
4. Os dados pessoais incorretos deverão ser corrigidos somente na **Lista de Presença**. **Qualquer dúvida dirija-se somente a um dos fiscais de sua sala.**
5. Ao receber seu Cartão Resposta (gabarito) verifique se todos os seus dados estão corretos e assine-o. **O candidato é responsável por marcar seu Tipo de Prova no Cartão Resposta (gabarito), a não marcação impossibilitará a correção, eliminando o candidato do certame.**
6. O Cartão de Respostas (gabarito) deve ser devolvido obrigatoriamente para o fiscal responsável pela sala ao término da prova.
7. No Cartão de Respostas (gabarito), faça as marcas de acordo com o exemplo abaixo:

FORMA **CORRETA**



FORMAS **INCORRETAS**



8. A marcação no **CARTÃO DE RESPOSTAS** (gabarito) é definitiva, não sendo admitidas rasuras. Marque apenas uma alternativa para cada questão. Questões com mais de uma alternativa assinalada, sem marcação, com rasuras ou preenchidas de forma inadequada não serão consideradas/lidas pelo sistema de correção automático, invalidando a questão. O Cartão de Respostas (gabarito) deverá ser obrigatoriamente assinado, não sendo considerado o cartão entregue em branco e/ou sem assinatura. O **Cartão Resposta (gabarito)** é insubstituível, seja qual for o motivo alegado.
9. Será atribuída nota 0 (zero) à Prova Discursiva quando: a) for entregue sem assinatura do candidato no gabarito oficial; b) fugir ao tema proposto; c) apresentar textos não articulados verbalmente (desenhos, números, palavras soltas, versos ou formas equivalentes); d) for escrita/assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que permita a identificação do candidato; f) for redigida a lápis, no todo ou em parte, na folha definitiva; g) estiver em branco; h) não apresentar o mínimo de 40 (quarenta) linhas ou ultrapassar o máximo de 80 (oitenta) linhas; i) apresentar letra ilegível.
10. Conforme regra editalícia, os 03 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar suas provas e retirar-se do local simultaneamente, após autorização da Coordenação.
11. Deverão permanecer desligados os celulares e outros aparelhos eletrônicos permanecendo na embalagem em que foram lacrados na entrada da sala de aplicação de provas, não devendo ser religados até que o candidato saia do prédio de aplicação de provas.
12. O caderno de provas será publicado e poderá ser acessado através da Área do Candidato com login e senha, durante o prazo de recursos.
13. O descumprimento das instruções constantes neste Caderno de Provas e das regras estabelecidas no Edital poderá acarretar a eliminação do candidato do Concurso Público.
14. O gabarito oficial e a prova objetiva estarão disponíveis conforme a data prevista no cronograma do edital de abertura, no site: www.abconcursospublicos.org (área do candidato) **OU PELO QR CODE ABAIXO. BOA PROVA!**



LÍNGUA PORTUGUESA

Utilize o texto abaixo para responder as questões de 01 a 10.

A regulamentação das reservas indígenas busca garantir às comunidades o direito à terra e à preservação de seus modos de vida.

Embora existam normas para proteger essas áreas, ainda há desafios relacionados à fiscalização e à ocupação irregular. É necessário que o poder público haja de forma articulada, para que os direitos previstos na legislação sejam respeitados.

Além disso, há debates sobre mecanismos de demarcação, proteção territorial e participação das comunidades.

Assim, a regulamentação deve conciliar a proteção dos territórios tradicionais com o cumprimento das normas constitucionais.

01. A ocorrência de crase em “garantir às comunidades” difere da ocorrência das demais pelo fator disposto na alternativa:

- a) Junção da preposição com o pronome definido.
- b) Regência bitransitiva do verbo “garantir”, que exige a preposição “a”, associada ao artigo definido feminino plural “as”.
- c) Regência verbal direta.
- d) Indicação semântica de tempo decorrido.

02. “Assim, a regulamentação deve conciliar a proteção dos territórios tradicionais com o cumprimento das normas constitucionais.”.

A partir do trecho acima, a alternativa com a informação sintática correta é:

- a) O termo “a regulamentação” é o sujeito, classificado como simples e anteposto ao verbo.
- b) O trecho “com o cumprimento das normas constitucionais.” é considerado o complemento nominal de “tradicionais”.
- c) O trecho “a proteção dos territórios tradicionais com o cumprimento das normas constitucionais.” Apresenta a função sintática de objeto indireto pela presença da preposição “a” diante do termo “proteção”.
- d) Apesar de não conjugar verbos, o termo “assim” é classificado como sujeito nominal; compatível com a posição inicial do período.

03. A respeito das orações presentes no texto, analise as assertivas a seguir:

I- A oração “Embora existam normas para proteger essas áreas” é subordinada adverbial concessiva, pois introduz uma ideia que se apresenta como obstáculo ou contraste em relação ao fato expresso na oração principal;

II- A oração “que o poder público haja de forma articulada” é subordinada substantiva subjetiva, uma vez que exerce a função de sujeito da oração principal “É necessário”;

III- A oração “para que os direitos previstos na legislação sejam respeitados” é subordinada adverbial final, indicando a finalidade da ação expressa na oração anterior;

IV- A oração “ainda há desafios relacionados à fiscalização e à ocupação irregular” é subordinada à oração concessiva iniciada por “Embora”, funcionando como seu complemento sintático.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas II e IV estão corretas.
- b) Apenas I, III e IV estão corretas.
- c) Apenas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas I e II estão corretas.

04. Analise as assertivas, a seguir, sobre o verbo “haver”:

()- No trecho “Embora existam normas para proteger essas áreas”, ao substituir o verbo “existir”, “haver” perde a impessoalidade e deve ser conjugado na terceira pessoa do plural;

()- A alteração do tempo verbal de “haver” em “Além disso, há debates sobre mecanismos” não alteraria sua semântica; apenas o sentido do texto;

()- No recorte “É necessário que o poder público haja de forma articulada”, “haver” é impessoal por apresentar semântica de existência;

()- Em “ainda há desafios relacionados à fiscalização e à ocupação irregular.”, “desafios” representa o sujeito de “haver”, ao indicar existência.

Sabendo que (V) significa Verdadeiro e (F) significa Falso, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a) V-F-V-F.
- b) F-F-V-V.
- c) V-V-F-V.
- d) F-V-F-F.

05. Indique a alternativa com discrepâncias sobre os valores semânticos de termos ou expressões do texto:

- a) Fica clara a predominância no uso da linguagem denotativa, visto a existência de significação literal.
- b) “Conciliar” tem como sinonímia a expressão “entrar em acordo com”.
- c) “Irregular” não apresenta uma semântica negativa em sua composição.
- d) A utilização da antonímia pode alterar o significado do texto.

06. Considerando o emprego da regência nominal no texto, assinale a alternativa correta:

- a) Em “direito à terra”, o substantivo “direito”, no sentido de prerrogativa, rege a preposição “a”, que se combina com o artigo feminino “a”, formando a crase.
- b) Em “cumprimento das normas constitucionais”, o substantivo “cumprimento” rege necessariamente a preposição “a”, devendo ocorrer crase antes de “normas”.
- c) Em “proteção dos territórios tradicionais”, o substantivo “proteção” exige a preposição “a”, razão pela qual “dos” resulta da contração de “a + os”.
- d) Em “participação das comunidades”, o substantivo “participação” exige a preposição “de”, sendo impossível a construção “participação em”.

07. Considerando o emprego da pontuação e da acentuação gráfica no texto, assinale a alternativa correta:

- a) As palavras “áreas”, “público” e “territórios” recebem acento gráfico pela mesma regra de acentuação, pois todas são paroxítonas terminadas em vogal.
- b) As palavras “regulamentação”, “preservação” e “participação” são acentuadas por serem oxítonas terminadas em “ão”.
- c) Em “É necessário que o poder público haja de forma articulada, para que os direitos previstos na legislação sejam respeitados.”, a vírgula é obrigatória por separar uma oração subordinada adverbial final posposta à oração principal.
- d) Em “Além disso, há debates sobre mecanismos de demarcação...”, a expressão “Além disso” exerce função de adjunto adverbial e aparece corretamente isolada por vírgula.

08. Considerando o emprego da concordância nominal no texto, assinale a alternativa correta de trechos retirados do texto ou construídos com base nele:

- a) Em “áreas protegidas”, o adjetivo “protegidas” deveria permanecer no singular, pois “áreas” exerce função de complemento nominal.
- b) Em “os direitos previstos na legislação”, o termo “previstos” concorda em gênero e número com o substantivo “direitos”.
- c) Em “normas para proteger essas áreas”, o termo “essas” deveria estar no masculino, pois concorda com o substantivo “normas”.
- d) Em “normas constitucionais”, o termo “constitucionais” não estabelece concordância nominal, pois exerce função de adjunto adverbial.

09. Considerando a concordância verbal no texto, assinale a alternativa correta:

- a) Em “os direitos previstos na legislação sejam respeitados”, o verbo “sejam” deveria permanecer no singular, pois concorda com “legislação”.
- b) Em “a regulamentação deve conciliar a proteção dos territórios tradicionais”, o verbo “deve” deveria estar no plural, pois o termo “territórios tradicionais” está no plural.

- c) Em “os direitos previstos na legislação sejam respeitados”, o verbo “sejam” concorda corretamente com o sujeito “os direitos previstos na legislação”.
- d) Em “a regulamentação das reservas indígenas busca garantir”, o verbo “busca” deveria estar no plural, pois concorda com o termo “reservas indígenas”.

10. Considerando os vocábulos empregados no texto, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta:

I- “Regulamentação” é formada por derivação sufixal, a partir de “regulamentar”, mediante o acréscimo do sufixo “-ção”;

II- “Demarcação” apresenta formação por derivação sufixal, pois se constitui a partir da forma verbal “demarcar” com o acréscimo de “-ção”;

III- “Cumprimento” e “comprimento” constituem pares de palavras formadas pelo mesmo processo de derivação, diferenciando-se apenas pelo valor semântico;

IV- “Fiscalização” é formada por derivação sufixal, tendo como base o verbo “fiscalizar”, ao qual se acrescenta o sufixo “-ção”.

- a) Apenas II, III e IV estão corretas.
- b) Apenas I, II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas III e IV estão corretas.
- d) Apenas I, II e IV estão corretas.

MATEMÁTICA

11. Em determinado serviço de imprimação asfáltica, quatro caminhões espargidores iguais trabalharam durante 6 dias, com jornada de 7 horas por dia. Nesse período, foram executados 58.800 m² de serviço. Para uma nova frente de trabalho, será necessário executar 126.000 m². O prazo disponível é de 8 dias, com jornada de 9 horas diárias para cada caminhão. Considerando que todos os caminhões mantenham o mesmo rendimento observado no primeiro serviço, o número mínimo de caminhões necessários para concluir a nova frente dentro do prazo é:

- a) 4
- b) 5
- c) 6
- d) 7

12. Durante um levantamento topográfico, um técnico posicionou o instrumento de medição a uma distância horizontal de 52,00 m da base de uma torre. A altura do aparelho em relação ao solo era de 1,50 m. A linha de visada até o ponto mais alto da torre formava um ângulo de 38° com a horizontal. Para o cálculo, considere $\tan 38^\circ = 0,7813$. A altura total da torre, medida desde o solo até seu ponto mais alto, é:

- a) 40,63 m
- b) 47,13 m
- c) 45,63 m
- d) 42,13 m

13. Um canal de retenção possui seção transversal em forma de trapézio isósceles. A base maior mede 4,80 m, a base menor mede 2,40 m e cada lado inclinado mede 1,50 m. O canal possui 10,00 m de comprimento. Em determinado momento, o reservatório encontra-se com 80% de sua capacidade máxima. Em seguida, são retirados exatamente 5,28 m³ de água. O volume de água que permanece no reservatório após a retirada é:

- a) 20,64 m³
- b) 18,72 m³
- c) 21,12 m³
- d) 24,00 m³

14. Uma equipe formada por 6 analistas, trabalhando 8 horas por dia durante 14 dias úteis, concluiu a análise de 448 processos de mesma complexidade. Em uma nova demanda, deverão ser analisados 560 processos. Os novos analistas apresentam produtividade individual 20% superior à da equipe anterior e trabalharão 7 horas por dia durante 10 dias úteis. Mantidas as demais condições, o número mínimo de novos analistas necessários para concluir a demanda no prazo é:

- a) 8
- b) 9
- c) 10
- d) 12

15. Uma instituição aplicou R\$ 200.000,00 em uma operação de juros simples. Nos primeiros 8 meses, a taxa foi de 1,20% ao mês. Nos 7 meses seguintes, a taxa passou a ser de 1,50% ao mês, sempre calculada sobre o capital inicialmente aplicado. Ao final dos 15 meses, todo o montante foi transferido para uma segunda aplicação, também sob juros simples, à taxa de 18% ao ano, durante 5 meses. Considerando apenas os juros produzidos pela segunda aplicação, o valor obtido foi de:

- a) R\$ 18.240,00
- b) R\$ 17.865,00
- c) R\$ 20.016,00
- d) R\$ 18.015,00

CONHECIMENTOS GERAIS

16. O conceito de “*Silver Economy*” (Economia Prateada), discutido em fóruns sociais, e se refere:

- a) Ao setor da economia voltado, exclusivamente, para a exploração de minérios de prata e pedras preciosas, visando o mercado de joias e exportação.
- b) Ao modelo de gestão financeira focado em jovens investidores que buscam a independência precoce por meio de ativos digitais e moedas virtuais.
- c) À estratégia de mercado que visa reduzir o consumo de produtos industrializados para priorizar a venda de itens de segunda mão entre adolescente.
- d) Ao conjunto de atividades econômicas, produtos e serviços destinados a atender às necessidades,

desejos e ao estilo de vida da população com 50 anos ou mais.

17. *Modelo de conflito do século XXI que mistura métodos militares convencionais com táticas não convencionais (cibernéticas, econômicas, informacionais e psicológicas) para desestabilizar um país inimigo, sem necessariamente declarar guerra.*

Esse modelo é descrito pelo termo:

- a) Guerra Analógica.
- b) Guerra Híbrida.
- c) Conflito Estático.
- d) Embate Unilateral.

18. José Maria da Silva Paranhos Júnior, conhecido como Barão de Rio Branco, foi muito importante para a política externa brasileira, servindo como Ministro das Relações Exteriores de 1902 a 1912. Entre suas contribuições, podemos citar:

- a) Liderou a delegação brasileira na Conferência de Paz de Versalhes em 1919, garantindo assento permanente para o Brasil no Conselho da Liga das Nações.
- b) Promoveu a assinatura do Tratado de Trocatas com o Uruguai, consolidando o livre trânsito de navegação na Bacia do Prata.
- c) Comandou a delegação do Brasil na Convenção de Haia de 1907, com reconhecimento internacional por defender o princípio da igualdade jurídica das nações.
- d) É considerado o patrono da diplomacia brasileira, deixou legado de pragmatismo e opção pela solução pacífica de controvérsias.

19. O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) conhecido como o Banco dos BRICS, é uma instituição financeira multilateral criada em julho de 2014 pelos países do bloco (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Seu foco de atuação é:

- a) Desenvolvimento de insumos medicinais e pesquisas sobre epidemias e vacinas.
- b) Cooperação para mitigação da desigualdade social nos países membro, com foco na preservação nutricional das populações.
- c) Foco no desenvolvimento de tecnologias militares compartilhadas pelos países-membros.
- d) Investimentos em energia limpa, transporte, saneamento básico e proteção ambiental.

20. _____ se refere a um instrumento jurídico que obriga fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a estruturarem sistemas de logística reversa para que haja retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, independentemente do serviço público de limpeza.

A lacuna deve ser preenchida corretamente pela alternativa:

- a) A Responsabilidade Compartilhada
- b) O Licenciamento Ambiental Integrado
- c) A Avaliação de Impacto Ecológico
- d) A Pegada Ecológica Corporativa

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Considerando as regras apresentadas acerca da transmissão das obrigações, analise as situações a seguir:

I- O credor de determinada obrigação cede seu crédito a terceiro, sem a anuência do devedor. Antes de ser notificado da cessão, o devedor efetua o pagamento ao credor originário e somente posteriormente toma conhecimento da transferência;

II- Um terceiro assume a obrigação de determinado devedor mediante negócio jurídico celebrado com este, tendo o credor manifestado expressamente seu consentimento. Posteriormente, o novo devedor pretende opor ao credor uma exceção de natureza pessoal que pertencia exclusivamente ao devedor originário;

III- Um crédito é cedido a título oneroso, sem qualquer estipulação acerca da solvência do devedor. Posteriormente, o devedor torna-se insolvente e deixa de cumprir a obrigação.

Com base na teoria das obrigações, assinale a alternativa correta:

- a) Na situação I, o pagamento realizado ao credor originário antes da notificação da cessão não exonera o devedor, pois, uma vez celebrado o negócio entre cedente e cessionário, o crédito passa imediatamente a pertencer exclusivamente ao cessionário. Na situação II, o novo devedor poderá opor as exceções pessoais do devedor primitivo, pois assume a obrigação nas mesmas condições em que ela originalmente existia.
- b) Na situação I, o devedor fica desobrigado se, antes de ter conhecimento da cessão, pagar ao credor primitivo. Na situação III, salvo estipulação em contrário, o cedente não responde pela solvência do devedor, responsabilizando-se, na cessão onerosa, pela existência do crédito ao tempo da transferência.
- c) Na situação II, o consentimento do credor é dispensável quando o negócio de assunção é celebrado entre o devedor originário e o terceiro. Na situação III, a insolvência do devedor gera automaticamente responsabilidade do cedente.
- d) Na situação I, o devedor somente poderá ser considerado desobrigado se a cessão tiver sido formalizada por instrumento público e registrada antes do pagamento. Na situação III, o cedente responde pela solvência do devedor até o valor integral do crédito, ainda que tenha recebido quantia inferior em razão da cessão.

22. Sobre a obrigação alimentar, considerando os requisitos, características e hipóteses de revisão dos alimentos, assinale a alternativa correta:

- a) A obrigação alimentar é recíproca e, havendo vários obrigados do mesmo grau, todos devem concorrer proporcionalmente aos seus recursos; contudo, em relação ao idoso, a obrigação é solidária, podendo este escolher qualquer dos prestadores.
- b) A obrigação alimentar entre parentes é subsidiária, de modo que, ainda que o parente de grau mais próximo possua capacidade parcial de pagamento, o alimentando poderá optar por exigir integralmente os alimentos de parentes de grau mais remoto.
- c) A sentença que fixa alimentos produz coisa julgada quanto ao valor estabelecido, razão pela qual sua alteração somente pode ocorrer mediante novo acordo entre alimentante e alimentando, salvo comprovada alteração da economia nacional.
- d) Quando a necessidade do alimentando decorrer de sua própria culpa, fica integralmente afastado o direito aos alimentos, pois a obrigação alimentar pressupõe necessidade involuntária.

23. Durante determinado processo, o autor, após a citação do réu e antes da prolação da sentença, manifesta expressamente sua intenção de desistir da ação. O réu, contudo, não concorda com a desistência. Considere, ainda, que o acórdão paradigma do recurso representativo da controvérsia já foi publicado e que a questão discutida no processo é idêntica àquela resolvida no referido julgamento, na forma do art. 1.040, § 1º, do CPC. Com base nas regras relativas aos atos das partes e aos atos jurisdicionais, assinale a alternativa correta:

- a) A desistência dependerá necessariamente da concordância do réu, pois a citação já ocorreu, não havendo qualquer exceção a essa regra. Caso o autor deixe de praticar os atos necessários ao prosseguimento do processo, estará caracterizado abandono, que poderá conduzir à perempção.
- b) A desistência, por ser ato unilateral de disposição, independe sempre da concordância do réu, ainda que este já tenha sido citado e apresentado contestação, devendo o juiz apenas homologá-la por despacho de mero expediente, sem resolução do mérito.
- c) Sendo a questão idêntica àquela resolvida pelo recurso representativo da controvérsia, o autor poderá desistir da ação, antes da sentença, independentemente do consentimento do réu, ainda que já tenha sido apresentada contestação.
- d) A manifestação do autor configura renúncia ao direito material, pois, após a citação, a desistência somente pode ocorrer mediante concordância do réu. Assim, caso homologada, a sentença produzirá resolução do mérito e impedirá a repropositura da demanda.

24. João possui contra Pedro um título executivo extrajudicial, líquido, certo e exigível. Durante a execução, verifica-se que Pedro é casado sob o regime

de comunhão parcial de bens e que a dívida, embora contraída exclusivamente por ele, presume-se realizada em benefício da família. Além disso, Pedro transferiu determinado imóvel a terceiro depois de já estar configurada situação caracterizadora de fraude à execução. Considerando as regras relativas à execução e aos seus sujeitos, assinale a alternativa correta:

- a) A execução poderá ser promovida contra Pedro e sua esposa como litisconsortes necessários, pois, uma vez presumido o proveito comum da dívida, o cônjuge passa automaticamente à condição de devedor constante do título executivo.
- b) O terceiro adquirente do imóvel poderá ter o bem atingido pela execução, em razão da ineficácia da alienação realizada em fraude à execução, ainda que não tenha contraído a obrigação nem sucedido Pedro; já o cônjuge poderá ter seu patrimônio atingido sem necessariamente ser devedor ou parte na execução.
- c) Tanto o cônjuge quanto o terceiro adquirente somente poderão ser atingidos pela execução se tiverem participado da fase de conhecimento, pois o princípio da nulidade da execução sem título impede que qualquer pessoa não expressamente indicada no título responda pela obrigação.
- d) Como o título é extrajudicial, somente Pedro poderá figurar no polo passivo da execução, pois a responsabilidade patrimonial de terceiros somente pode existir quando expressamente reconhecida em sentença judicial.

25. Durante uma festa, João, de 19 anos, por decisão própria, ingeriu grande quantidade de bebida alcoólica, assumindo voluntariamente o risco de ficar embriagado. Algumas horas depois, completamente embriagado, acreditando estar sendo atacado por uma pessoa que, na realidade, pretendia apenas conversar com ele, João desferiu golpes contra a vítima, causando-lhe lesões graves. Perícia constatou que João não apresentava doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado e que, no momento da conduta, estava completamente incapaz de compreender seu caráter ilícito. À luz do tratamento da imputabilidade penal, assinale a alternativa correta:

- a) João é inimputável, pois a incapacidade completa de compreender a ilicitude existente no momento da conduta prevalece sobre a causa que produziu a embriaguez.
- b) João é semi-imputável, pois, embora sua capacidade de compreensão estivesse completamente comprometida, a ausência de intenção prévia de se embriagar impede o reconhecimento da inimputabilidade.
- c) João é imputável, pois a embriaguez que decorre de comportamento voluntário do agente não exclui a imputabilidade, ainda que tenha produzido incapacidade completa de compreensão da ilicitude.
- d) João é inimputável, pois sua incapacidade completa de compreensão, associada à ausência de intenção

de praticar o crime quando iniciou a ingestão de álcool, caracteriza embriaguez não preordenada apta a excluir a imputabilidade.

26. Um servidor responsável pelo almoxarifado de uma repartição pública recebe, por engano do fornecedor, 20 unidades de determinado equipamento quando a nota fiscal e a ordem de compra indicavam apenas 10. Percebendo o equívoco, o servidor decide ocultar as unidades excedentes e posteriormente apropriá-las. Em outra ocasião, aproveitando-se de seu acesso às dependências da repartição, subtrai um equipamento que estava sob a guarda de outro setor e sobre o qual não possuía posse ou detenção em razão de seu cargo. Considerando as situações narradas, assinale a alternativa correta:

- a) O primeiro fato configura peculato-apropriação, pois o servidor recebeu legitimamente os equipamentos e posteriormente passou a agir como proprietário; o segundo configura peculato-furto, pois o acesso privilegiado decorrente do cargo é suficiente para caracterizá-lo.
- b) O primeiro fato configura peculato mediante erro de outrem, mas somente se o servidor tiver provocado o erro do fornecedor; o segundo configura furto, pois a inexistência de posse afasta necessariamente os crimes funcionais.
- c) O primeiro fato configura estelionato, pois a obtenção dos equipamentos decorreu de erro do fornecedor; o segundo configura peculato-apropriação, pois o servidor tinha acesso funcional ao equipamento.
- d) O primeiro fato configura peculato mediante erro de outrem, desde que o erro seja do fornecedor; o segundo configura peculato-furto, pois o servidor não tinha a posse ou detenção do equipamento e valeu-se da facilidade proporcionada por sua condição funcional.

27. À luz das disposições sobre prova emprestada, prova indiciária, presunção, ficção e ônus da prova no processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) A prova emprestada conserva plena eficácia no processo de destino quando houver identidade entre as partes e o fato probando, ainda que não tenha sido assegurado o contraditório no processo originário, desde que seja permitido às partes se manifestarem sobre ela no processo de destino.
- b) A ficção jurídica distingue-se da presunção porque esta considera juridicamente verdadeiro aquilo que, na realidade, não ocorreu, enquanto aquela decorre de uma operação mental fundada em um fato conhecido para alcançar outro desconhecido.
- c) O indício constitui verdadeiro meio de prova e pode, quando suficiente, forte e coerente, fundamentar uma condenação, desde que a relação entre o fato comprovado e o fato que se pretende provar seja suficientemente segura para afastar conclusões alternativas razoáveis.

- d) Segundo o Supremo Tribunal Federal, cabe ao Ministério Público demonstrar os fatos constitutivos da acusação, enquanto compete ao acusado comprovar fatos extintivos, impeditivos ou modificativos da pretensão punitiva.

28. Considerando os princípios e direitos previstos na Parte Geral do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- a) A condição peculiar de pessoa em desenvolvimento não reduz a titularidade de direitos da criança e do adolescente, mas justifica tratamento diferenciado e a consideração de sua opinião nas questões que diretamente lhes dizem respeito.
- b) A prioridade absoluta assegurada à criança e ao adolescente autoriza sua prevalência sobre qualquer outro grupo vulnerável, inclusive quando a prioridade deste também estiver prevista constitucionalmente.
- c) A ausência de recursos materiais não determina, por si só, a perda do poder familiar, mas pode justificar a suspensão desse poder quando comprometer a capacidade dos pais de assegurar sustento e educação.
- d) O reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos transfere ao Estado a responsabilidade principal por sua proteção, cabendo à família atuação complementar na garantia dos direitos fundamentais.

29. Uma pessoa com deficiência requer o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e reside com seus pais e um irmão solteiro. Sua mãe, pessoa idosa com mais de 65 anos, recebe benefício previdenciário no valor de um salário-mínimo. Considerando as regras aplicáveis ao cálculo da renda familiar, assinale a alternativa correta:

- a) O benefício previdenciário recebido pela mãe não será computado na renda familiar, por se tratar de benefício de até um salário-mínimo recebido por pessoa idosa com mais de 65 anos.
- b) O benefício previdenciário recebido pela mãe deverá ser computado, pois somente o Benefício de Prestação Continuada recebido por idoso ou pessoa com deficiência pode ser excluído.
- c) O benefício previdenciário somente poderá ser excluído se a renda familiar per capita, antes da exclusão, for inferior a um quarto do salário-mínimo.
- d) O benefício previdenciário poderá ser excluído apenas se a mãe também possuir deficiência e estiver recebendo o Benefício de Prestação Continuada.

30. Considerando a distinção entre suspensão e interrupção dos efeitos do contrato de trabalho, bem como suas características e hipóteses, analise os itens a seguir:

I- Na suspensão dos efeitos do contrato de trabalho, ocorre cessação temporária dos principais efeitos do contrato, de modo que o empregado não

presta serviços, o empregador não tem obrigação de pagar salários e, em regra, não há contagem do tempo de serviço;

II- Na interrupção dos efeitos do contrato de trabalho, embora o empregado deixe temporariamente de prestar serviços, permanecem alguns efeitos do pacto laboral, sendo característica típica a manutenção da remuneração e da contagem do tempo de serviço;

III- A cessação do contrato de trabalho e a suspensão ou interrupção de seus efeitos não se confundem, pois a primeira atinge a própria existência do vínculo, enquanto as últimas pressupõem a continuidade do contrato, ainda que seus efeitos sejam temporariamente total ou parcialmente suspensos.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item III está correto.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.

31. Carlos trabalhou para uma empresa de 2016 a 10/3/2025, quando seu contrato foi encerrado. Em 20/2/2026, ajuizou reclamação trabalhista pleiteando diferenças salariais decorrentes da supressão, em 2021, de parcela prevista apenas em regulamento interno da empresa, horas extras referentes aos últimos oito anos e indenização por dano moral decorrente de fato ocorrido em 2022, relacionado à relação de trabalho. Durante a execução da sentença, Carlos deixou de cumprir uma determinação judicial necessária ao prosseguimento do processo e permaneceu inerte por mais de dois anos. Considerando as regras apresentadas no texto, assinale a alternativa correta:

- a) As horas extras referentes ao período anterior aos cinco anos que precedem o ajuizamento da reclamação estão alcançadas pela prescrição.
- b) A supressão da parcela prevista em regulamento interno está sujeita à prescrição parcial.
- c) O pedido de indenização por dano moral está necessariamente sujeito ao prazo prescricional de três anos previsto no Código Civil, por possuir natureza extrapatrimonial.
- d) A inércia de Carlos por mais de dois anos durante a execução não produz prescrição intercorrente, pois a prescrição trabalhista somente pode ocorrer antes do ajuizamento da reclamação.

32. Considerando a distinção entre receitas originárias e derivadas, bem como os critérios utilizados para diferenciar taxa de preço público, assinale a alternativa correta:

- a) A natureza tributária de determinada cobrança decorre essencialmente da denominação atribuída pelo legislador, de modo que, se a lei a denominar "preço público", não poderá o intérprete reconhecê-la como taxa, ainda que sua cobrança seja compulsória.

- b) A existência de contraprestação estatal é suficiente para caracterizar determinada cobrança como preço público, pois os tributos, por constituírem receitas derivadas, não podem estar vinculados à prestação de serviços pelo Estado.
- c) A compulsoriedade relevante para caracterizar uma taxa não decorre simplesmente do fato de o pagamento ser exigível após a utilização de um serviço, mas da imposição jurídica da prestação, independentemente da vontade das partes.
- d) A presença do Estado como prestador exclusivo de determinado serviço é suficiente para caracterizar a remuneração como taxa, pois a atuação estatal em regime de monopólio elimina a possibilidade de existência de preço público.

33. Uma empresa teve um crédito tributário que foi regularmente constituído após procedimento de lançamento. Discordando da exigência, ajuizou ação para discutir a validade do tributo e, sem aguardar decisão judicial, efetuou o depósito judicial do montante integral do crédito tributário discutido. Considerando os efeitos jurídicos do depósito integral, assinale a alternativa correta:

- a) O depósito judicial integral suspende a exigibilidade do crédito tributário, ainda que não tenha sido concedida liminar ou tutela judicial suspendendo a cobrança, pois o depósito constitui garantia do crédito e impede sua exigência enquanto permanecer realizado.
- b) O depósito judicial somente suspende a exigibilidade após decisão judicial expressa reconhecendo a existência de fundamento relevante na ação proposta pelo contribuinte.
- c) O depósito integral extingue imediatamente o crédito tributário, pois a quantia depositada equivale, para fins tributários, ao pagamento do débito.
- d) O depósito judicial não produz efeito sobre a exigibilidade do crédito, pois somente o depósito realizado perante a administração tributária pode suspender a cobrança.

34. A respeito da classificação das receitas públicas, considere as seguintes afirmações:

I- As receitas originárias decorrem da atuação do Estado como agente particular, em relação de coordenação com o particular, e podem decorrer da exploração de seu patrimônio ou da prestação de serviços remunerados por preços públicos;

II- As receitas derivadas resultam do poder de imposição do Estado perante o particular e abrangem, entre outras, as receitas provenientes de tributos e penalidades;

III- As receitas transferidas decorrem de relações financeiras entre entes da Federação, mas sua transferência não altera, quanto à sua origem, a natureza originária ou derivada da receita arrecadada pelo ente que promoveu sua instituição e arrecadação;

IV- A classificação das receitas em correntes e de capital considera a origem da relação jurídica que deu causa ao ingresso, de modo que receitas tributárias são receitas de capital, enquanto receitas patrimoniais são receitas correntes.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- d) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.

35. No que se refere às ações de defesa da Constituição brasileira, assinale a alternativa correta:

- a) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental possui a mesma amplitude da Ação Direta de Inconstitucionalidade, podendo defender qualquer dispositivo constitucional, independentemente da existência de outro meio eficaz.
- b) A Ação Declaratória de Constitucionalidade pode ter por objeto lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, e seu julgamento somente poderá resultar na declaração de constitucionalidade.
- c) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental possui caráter subsidiário, exige controvérsia relacionada a preceito fundamental e, em regra, suas decisões possuem eficácia contra todos e efeito vinculante.
- d) A Ação Direta de Inconstitucionalidade é cabível contra atos normativos anteriores ou posteriores à Constituição de 1988, inclusive leis municipais, desde que exista incompatibilidade direta com a Constituição Federal.

36. No âmbito da repartição constitucional de competências legislativas, determinada lei estadual disciplina matéria inserida, em princípio, no campo da competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal. Já existe lei federal sobre o tema, que estabelece determinadas condutas como permitidas, sem instituir disciplina exaustiva sobre todos os seus aspectos. Considerando o regime constitucional da competência concorrente e os critérios utilizados pelo Supremo Tribunal Federal para distinguir normas gerais de normas suplementares, assinale a alternativa correta:

- a) A existência de lei federal sobre a matéria impede sempre qualquer atuação legislativa estadual, pois a competência concorrente somente permite aos Estados editar normas enquanto inexistir legislação federal.
- b) A lei estadual, embora possa complementar a legislação federal para atender às peculiaridades regionais, não pode estabelecer disciplina incompatível com norma geral federal válida, inclusive para afastar autorização nela prevista.
- c) O Estado pode estabelecer disciplina contrária à lei federal, desde que demonstre que sua norma atende

a peculiaridades regionais, pois a competência concorrente assegura autonomia legislativa plena aos Estados.

- d) A repercussão da matéria no comércio interestadual é suficiente para convertê-la em competência privativa da União, ainda que a Constituição a tenha expressamente incluído na competência concorrente.

37. Considerando a posição do Supremo Tribunal Federal sobre o caráter solidário da Previdência Social e sobre a criação e o recálculo de benefícios previdenciários, especialmente quanto à desaposentação, assinale a alternativa correta:

- a) A solidariedade, embora relevante para a Seguridade Social, não constitui elemento capaz de limitar a autonomia dos Estados-membros, por se tratar de princípio restrito ao financiamento previdenciário.
- b) No Regime Geral de Previdência Social, a criação de benefícios e vantagens previdenciárias depende de previsão legal, razão pela qual o Supremo Tribunal Federal afastou, por ausência de previsão legislativa, o direito à desaposentação.
- c) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a desaposentação como decorrência do direito adquirido, independentemente de previsão legal específica para o novo cálculo do benefício previdenciário.
- d) A solidariedade permite que alterações no sistema previdenciário sejam realizadas sem observância dos demais princípios constitucionais, desde que destinadas à preservação do equilíbrio financeiro e atuarial.

38. O Município Alfa, diante da insuficiência da rede pública de atendimento médico, celebrou contrato com uma entidade privada sem fins lucrativos para a prestação de serviços de saúde à população. A entidade passou a atender gratuitamente os usuários encaminhados pelo Município, submetendo-se às normas e à fiscalização do Poder Público e aos princípios aplicáveis à prestação de serviços públicos. Paralelamente, uma clínica privada situada no mesmo Município passou a oferecer, por iniciativa própria e mediante pagamento, serviços médicos particulares, estando apenas sujeita às normas sanitárias e ao poder de polícia estatal. Considerando os elementos da definição de serviço público e sua classificação, assinale a alternativa correta:

- a) Tanto os serviços prestados pela entidade contratada pelo Município quanto os oferecidos pela clínica particular constituem serviços públicos, pois ambos atendem a uma necessidade coletiva de saúde e estão submetidos à regulamentação e fiscalização estatal.
- b) Os serviços prestados pela entidade privada contratada pelo Município não podem ser considerados serviços públicos, pois o elemento subjetivo exige que a execução seja realizada

diretamente por órgão ou entidade integrante da Administração Pública.

- c) Os serviços de saúde prestados pela entidade privada contratada pelo Município caracterizam serviço público, enquanto os serviços oferecidos por iniciativa própria pela clínica particular constituem atividade privada de interesse público, não sendo, por si só, serviço público em sentido jurídico.
- d) Os serviços prestados pela entidade contratada pelo Município deixam de ser serviços públicos porque a execução por pessoa jurídica de direito privado implica necessariamente submissão integral ao regime de direito privado, enquanto os serviços da clínica particular são públicos por atenderem diretamente a uma necessidade coletiva.

39. O Município Alfa celebrou contrato administrativo, após regular licitação, para a construção de um complexo esportivo municipal. Durante a execução, a Administração constatou a necessidade de modificar determinadas especificações técnicas do projeto para adequá-lo às necessidades atuais da população, o que também acarretou acréscimo quantitativo correspondente a 20% do valor inicial atualizado do contrato. A empresa contratada alegou que a alteração não poderia ser imposta unilateralmente e que, caso fosse realizada, não estaria obrigada a executá-la sem a celebração de novo contrato. A Administração, por sua vez, determinou a execução das modificações, comprometendo-se a promover os ajustes financeiros necessários. Considerando as características dos contratos administrativos e as disposições da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- a) A Administração pode promover unilateralmente a alteração do contrato, nas hipóteses previstas em lei, inclusive para modificar o projeto ou as especificações e para promover acréscimos quantitativos de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, desde que preservado o equilíbrio econômico-financeiro.
- b) A Administração pode alterar unilateralmente o contrato, mas somente para reduzir quantitativamente o objeto, pois os acréscimos dependem sempre da concordância do contratado, ainda que respeitado o limite legal de 25%.
- c) A Administração não pode impor unilateralmente a alteração, pois o objeto do contrato foi definido na licitação e qualquer modificação depende necessariamente da concordância do contratado e da celebração de novo contrato.
- d) A Administração pode alterar unilateralmente o contrato sem qualquer limitação quantitativa, desde que demonstre a existência de interesse público, pois as cláusulas exorbitantes conferem ao Poder Público supremacia absoluta sobre o contratado.

40. A respeito dos principais instrumentos jurídicos de proteção ambiental, assinale a alternativa correta:

- a) A ação popular pode ser proposta por cidadão, associação, pessoa jurídica ou Ministério Público, desde que destinados à proteção do meio ambiente.
- b) A ação civil pública tutela interesses transindividuais, inclusive interesses difusos relacionados ao meio ambiente, e possui amplo rol de legitimados.
- c) Na ação civil pública, a competência do local do dano é relativa e pode ser prorrogada, inexistindo
- prevenção para ações posteriores com mesma causa de pedir ou objeto.
- d) A legitimidade para o mandado de segurança coletivo é idêntica à da ação civil pública, bastando à associação possuir finalidade institucional de proteção ambiental.

PROVA DISCURSIVA

O Município XYZ, por meio de sua Administração direta, celebrou contrato administrativo para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação. Durante a execução, a fiscalização solicitou à contratada que comprovasse a manutenção da equipe técnica mínima exigida pelo contrato.

Em resposta, a empresa prestou declaração formal afirmando que determinados profissionais permaneciam vinculados à execução do objeto. Posteriormente, registros oficiais e documentos apresentados pela própria contratada demonstraram que esses profissionais já haviam sido desligados antes da emissão da declaração. Para os fins desta questão, considere comprovado que a contratada, ciente do desligamento dos profissionais e sem qualquer justificativa juridicamente admissível, prestou conscientemente a declaração falsa.

Diante dos fatos, o Diretor do Departamento de Contratos propôs a aplicação imediata, sem instauração de processo de responsabilização e sem análise jurídica prévia, das seguintes sanções: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo de 2 (dois) anos, com efeitos restritos ao Município XYZ, e multa correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor do contrato, percentual previsto no instrumento contratual. O Diretor sustentou, ainda, possuir competência para aplicar ambas as sanções e afirmou que a empresa seria automaticamente reabilitada ao término do período estabelecido.

Na condição de Procurador(a) do Município XYZ, elabore parecer jurídico sobre a proposta apresentada, examinando o enquadramento da conduta da contratada; a sanção aplicável, sua duração e seu alcance; a autoridade competente e o procedimento necessário para sua aplicação; a possibilidade de cumulação e os limites da multa; e os requisitos para eventual reabilitação da empresa.

ÁREA PARA RASCUNHO DA RESPOSTA DA PROVA DISSERTATIVA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	

14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	

45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	

76	
77	
78	
79	
80	



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALINHOS - SP
CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS
EDITAL NÚMERO 001/2026

PROVA OBJETIVA/ DISCURSIVA

PROCURADOR

CRONOLOGIA		TIPO DE PROVA
Tempo mínimo	2h00min	B
Duração máxima da prova	5h00min	

Nome do candidato

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. A duração máxima da prova será de **5h00min (cinco horas)**, incluindo a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito). Os candidatos poderão entregar o Caderno de Provas e retirar-se do local, somente 2h00min (duas horas) após o efetivo início. **Por motivo de segurança, o candidato não poderá levar consigo o caderno de provas..**
2. A respectiva prova é composta por 40 (quarenta) questões com 4 (quatro) alternativas de resposta cada, com somente uma resposta correta e UMA prova discursiva.
3. Para assinalar as RESPOSTAS no Cartão de Respostas (gabarito), utilize caneta esferográfica de tinta **PRETA ou AZUL** fabricada **OBRIGATORIAMENTE** em material transparente. A transcrição da Prova Discursiva para o Cartão de Respostas (gabarito) deve ser feita à caneta. Não serão consideradas respostas escritas a lápis. A resposta da Prova Discursiva deverá conter no mínimo 40 (quarenta) linhas e no máximo 80 (oitenta) linhas.
4. Os dados pessoais incorretos deverão ser corrigidos somente na **Lista de Presença**. **Qualquer dúvida dirija-se somente a um dos fiscais de sua sala.**
5. Ao receber seu Cartão Resposta (gabarito) verifique se todos os seus dados estão corretos e assine-o. **O candidato é responsável por marcar seu Tipo de Prova no Cartão Resposta (gabarito), a não marcação impossibilitará a correção, eliminando o candidato do certame.**
6. O Cartão de Respostas (gabarito) deve ser devolvido obrigatoriamente para o fiscal responsável pela sala ao término da prova.
7. No Cartão de Respostas (gabarito), faça as marcas de acordo com o exemplo abaixo:

FORMA **CORRETA**



FORMAS **INCORRETAS**



8. A marcação no **CARTÃO DE RESPOSTAS** (gabarito) é definitiva, não sendo admitidas rasuras. Marque apenas uma alternativa para cada questão. Questões com mais de uma alternativa assinalada, sem marcação, com rasuras ou preenchidas de forma inadequada não serão consideradas/lidas pelo sistema de correção automático, invalidando a questão. O Cartão de Respostas (gabarito) deverá ser obrigatoriamente assinado, não sendo considerado o cartão entregue em branco e/ou sem assinatura. O **Cartão Resposta (gabarito)** é insubstituível, seja qual for o motivo alegado.
9. Será atribuída nota 0 (zero) à Prova Discursiva quando: a) for entregue sem assinatura do candidato no gabarito oficial; b) fugir ao tema proposto; c) apresentar textos não articulados verbalmente (desenhos, números, palavras soltas, versos ou formas equivalentes); d) for escrita/assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que permita a identificação do candidato; f) for redigida a lápis, no todo ou em parte, na folha definitiva; g) estiver em branco; h) não apresentar o mínimo de 40 (quarenta) linhas ou ultrapassar o máximo de 80 (oitenta) linhas; i) apresentar letra ilegível.
10. Conforme regra editalícia, os 03 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar suas provas e retirar-se do local simultaneamente, após autorização da Coordenação.
11. Deverão permanecer desligados os celulares e outros aparelhos eletrônicos permanecendo na embalagem em que foram lacrados na entrada da sala de aplicação de provas, não devendo ser religados até que o candidato saia do prédio de aplicação de provas.
12. O caderno de provas será publicado e poderá ser acessado através da Área do Candidato com login e senha, durante o prazo de recursos.
13. O descumprimento das instruções constantes neste Caderno de Provas e das regras estabelecidas no Edital poderá acarretar a eliminação do candidato do Concurso Público.
14. O gabarito oficial e a prova objetiva estarão disponíveis conforme a data prevista no cronograma do edital de abertura, no site: www.abconcursospublicos.org (área do candidato) **OU PELO QR CODE ABAIXO. BOA PROVA!**



LÍNGUA PORTUGUESA

Utilize o texto abaixo para responder as questões de 01 a 10.

A regulamentação das reservas indígenas busca garantir às comunidades o direito à terra e à preservação de seus modos de vida.

Embora existam normas para proteger essas áreas, ainda há desafios relacionados à fiscalização e à ocupação irregular. É necessário que o poder público haja de forma articulada, para que os direitos previstos na legislação sejam respeitados.

Além disso, há debates sobre mecanismos de demarcação, proteção territorial e participação das comunidades.

Assim, a regulamentação deve conciliar a proteção dos territórios tradicionais com o cumprimento das normas constitucionais.

01. A ocorrência de crase em “garantir às comunidades” difere da ocorrência das demais pelo fator disposto na alternativa:

- a) Regência bitransitiva do verbo “garantir”, que exige a preposição “a”, associada ao artigo definido feminino plural “as”.
- b) Junção da preposição com o pronome definido.
- c) Regência verbal direta.
- d) Indicação semântica de tempo decorrido.

02. “Assim, a regulamentação deve conciliar a proteção dos territórios tradicionais com o cumprimento das normas constitucionais.”.

A partir do trecho acima, a alternativa com a informação sintática correta é:

- a) O trecho “com o cumprimento das normas constitucionais.” é considerado o complemento nominal de “tradicionais”.
- b) O trecho “a proteção dos territórios tradicionais com o cumprimento das normas constitucionais.” Apresenta a função sintática de objeto indireto pela presença da preposição “a” diante do termo “proteção”.
- c) Apesar de não conjugar verbos, o termo “assim” é classificado como sujeito nominal; compatível com a posição inicial do período.
- d) O termo “a regulamentação” é o sujeito, classificado como simples e anteposto ao verbo.

03. A respeito das orações presentes no texto, analise as assertivas a seguir:

I- A oração “Embora existam normas para proteger essas áreas” é subordinada adverbial concessiva, pois introduz uma ideia que se apresenta como obstáculo ou contraste em relação ao fato expresso na oração principal;

II- A oração “que o poder público haja de forma articulada” é subordinada substantiva subjetiva, uma vez que exerce a função de sujeito da oração principal “É necessário”;

III- A oração “para que os direitos previstos na legislação sejam respeitados” é subordinada adverbial final, indicando a finalidade da ação expressa na oração anterior;

IV- A oração “ainda há desafios relacionados à fiscalização e à ocupação irregular” é subordinada à oração concessiva iniciada por “Embora”, funcionando como seu complemento sintático.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas II e IV estão corretas.
- b) Apenas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas I, III e IV estão corretas.
- d) Apenas I e II estão corretas.

04. Analise as assertivas, a seguir, sobre o verbo “haver”:

()- No trecho “Embora existam normas para proteger essas áreas”, ao substituir o verbo “existir”, “haver” perde a impessoalidade e deve ser conjugado na terceira pessoa do plural;

()- A alteração do tempo verbal de “haver” em “Além disso, há debates sobre mecanismos” não alteraria sua semântica; apenas o sentido do texto;

()- No recorte “É necessário que o poder público haja de forma articulada”, “haver” é impessoal por apresentar semântica de existência;

()- Em “ainda há desafios relacionados à fiscalização e à ocupação irregular.”, “desafios” representa o sujeito de “haver”, ao indicar existência.

Sabendo que (V) significa Verdadeiro e (F) significa Falso, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a) F-V-F-F.
- b) V-F-V-F.
- c) F-F-V-V.
- d) V-V-F-V.

05. Indique a alternativa com discrepâncias sobre os valores semânticos de termos ou expressões do texto:

- a) “Irregular” não apresenta uma semântica negativa em sua composição.
- b) Fica clara a predominância no uso da linguagem denotativa, visto a existência de significação literal.
- c) “Conciliar” tem como sinonímia a expressão “entrar em acordo com”.
- d) A utilização da antonímia pode alterar o significado do texto.

06. Considerando o emprego da regência nominal no texto, assinale a alternativa correta:

- a) Em “cumprimento das normas constitucionais”, o substantivo “cumprimento” rege necessariamente a preposição “a”, devendo ocorrer crase antes de “normas”.
- b) Em “proteção dos territórios tradicionais”, o substantivo “proteção” exige a preposição “a”, razão pela qual “dos” resulta da contração de “a + os”.
- c) Em “direito à terra”, o substantivo “direito”, no sentido de prerrogativa, rege a preposição “a”, que se combina com o artigo feminino “a”, formando a crase.
- d) Em “participação das comunidades”, o substantivo “participação” exige a preposição “de”, sendo impossível a construção “participação em”.

07. Considerando o emprego da pontuação e da acentuação gráfica no texto, assinale a alternativa correta:

- a) As palavras “áreas”, “público” e “territórios” recebem acento gráfico pela mesma regra de acentuação, pois todas são paroxítonas terminadas em vogal.
- b) Em “Além disso, há debates sobre mecanismos de demarcação...”, a expressão “Além disso” exerce função de adjunto adverbial e aparece corretamente isolada por vírgula.
- c) As palavras “regulamentação”, “preservação” e “participação” são acentuadas por serem oxítonas terminadas em “ão”.
- d) Em “É necessário que o poder público haja de forma articulada, para que os direitos previstos na legislação sejam respeitados.”, a vírgula é obrigatória por separar uma oração subordinada adverbial final posposta à oração principal.

08. Considerando o emprego da concordância nominal no texto, assinale a alternativa correta de trechos retirados do texto ou construídos com base nele:

- a) Em “áreas protegidas”, o adjetivo “protegidas” deveria permanecer no singular, pois “áreas” exerce função de complemento nominal.
- b) Em “normas para proteger essas áreas”, o termo “essas” deveria estar no masculino, pois concorda com o substantivo “normas”.
- c) Em “normas constitucionais”, o termo “constitucionais” não estabelece concordância nominal, pois exerce função de adjunto adverbial.
- d) Em “os direitos previstos na legislação”, o termo “previstos” concorda em gênero e número com o substantivo “direitos”.

09. Considerando a concordância verbal no texto, assinale a alternativa correta:

- a) Em “os direitos previstos na legislação sejam respeitados”, o verbo “sejam” concorda corretamente com o sujeito “os direitos previstos na legislação”.
- b) Em “os direitos previstos na legislação sejam respeitados”, o verbo “sejam” deveria permanecer no singular, pois concorda com “legislação”.

- c) Em “a regulamentação deve conciliar a proteção dos territórios tradicionais”, o verbo “deve” deveria estar no plural, pois o termo “territórios tradicionais” está no plural.
- d) Em “a regulamentação das reservas indígenas busca garantir”, o verbo “busca” deveria estar no plural, pois concorda com o termo “reservas indígenas”.

10. Considerando os vocábulos empregados no texto, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta:

I- “Regulamentação” é formada por derivação sufixal, a partir de “regulamentar”, mediante o acréscimo do sufixo “-ção”;

II- “Demarcação” apresenta formação por derivação sufixal, pois se constitui a partir da forma verbal “demarcar” com o acréscimo de “-ção”;

III- “Cumprimento” e “comprimento” constituem pares de palavras formadas pelo mesmo processo de derivação, diferenciando-se apenas pelo valor semântico;

IV- “Fiscalização” é formada por derivação sufixal, tendo como base o verbo “fiscalizar”, ao qual se acrescenta o sufixo “-ção”.

- a) Apenas II, III e IV estão corretas.
- b) Apenas I, II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas I, II e IV estão corretas.
- d) Apenas III e IV estão corretas.

MATEMÁTICA

11. Em determinado serviço de imprimação asfáltica, quatro caminhões espargidores iguais trabalharam durante 6 dias, com jornada de 7 horas por dia. Nesse período, foram executados 58.800 m² de serviço. Para uma nova frente de trabalho, será necessário executar 126.000 m². O prazo disponível é de 8 dias, com jornada de 9 horas diárias para cada caminhão. Considerando que todos os caminhões mantenham o mesmo rendimento observado no primeiro serviço, o número mínimo de caminhões necessários para concluir a nova frente dentro do prazo é:

- a) 4
- b) 6
- c) 5
- d) 7

12. Durante um levantamento topográfico, um técnico posicionou o instrumento de medição a uma distância horizontal de 52,00 m da base de uma torre. A altura do aparelho em relação ao solo era de 1,50 m. A linha de visada até o ponto mais alto da torre formava um ângulo de 38° com a horizontal. Para o cálculo, considere $\tan 38^\circ = 0,7813$. A altura total da torre, medida desde o solo até seu ponto mais alto, é:

- a) 40,63 m
- b) 42,13 m

- c) 47,13 m
- d) 45,63 m

13. Um canal de retenção possui seção transversal em forma de trapézio isósceles. A base maior mede 4,80 m, a base menor mede 2,40 m e cada lado inclinado mede 1,50 m. O canal possui 10,00 m de comprimento. Em determinado momento, o reservatório encontra-se com 80% de sua capacidade máxima. Em seguida, são retirados exatamente 5,28 m³ de água. O volume de água que permanece no reservatório após a retirada é:

- a) 18,72 m³
- b) 21,12 m³
- c) 20,64 m³
- d) 24,00 m³

14. Uma equipe formada por 6 analistas, trabalhando 8 horas por dia durante 14 dias úteis, concluiu a análise de 448 processos de mesma complexidade. Em uma nova demanda, deverão ser analisados 560 processos. Os novos analistas apresentam produtividade individual 20% superior à da equipe anterior e trabalharão 7 horas por dia durante 10 dias úteis. Mantidas as demais condições, o número mínimo de novos analistas necessários para concluir a demanda no prazo é:

- a) 10
- b) 8
- c) 9
- d) 12

15. Uma instituição aplicou R\$ 200.000,00 em uma operação de juros simples. Nos primeiros 8 meses, a taxa foi de 1,20% ao mês. Nos 7 meses seguintes, a taxa passou a ser de 1,50% ao mês, sempre calculada sobre o capital inicialmente aplicado. Ao final dos 15 meses, todo o montante foi transferido para uma segunda aplicação, também sob juros simples, à taxa de 18% ao ano, durante 5 meses. Considerando apenas os juros produzidos pela segunda aplicação, o valor obtido foi de:

- a) R\$ 18.240,00
- b) R\$ 18.015,00
- c) R\$ 17.865,00
- d) R\$ 20.016,00

CONHECIMENTOS GERAIS

16. O conceito de “*Silver Economy*” (Economia Prateada), discutido em fóruns sociais, e se refere:

- a) Ao conjunto de atividades econômicas, produtos e serviços destinados a atender às necessidades, desejos e ao estilo de vida da população com 50 anos ou mais.
- b) Ao setor da economia voltado, exclusivamente, para a exploração de minérios de prata e pedras preciosas, visando o mercado de joias e exportação.

- c) Ao modelo de gestão financeira focado em jovens investidores que buscam a independência precoce por meio de ativos digitais e moedas virtuais.
- d) À estratégia de mercado que visa reduzir o consumo de produtos industrializados para priorizar a venda de itens de segunda mão entre adolescente.

17. *Modelo de conflito do século XXI que mistura métodos militares convencionais com táticas não convencionais (cibernéticas, econômicas, informacionais e psicológicas) para desestabilizar um país inimigo, sem necessariamente declarar guerra.*

Esse modelo é descrito pelo termo:

- a) Guerra Analógica.
- b) Conflito Estático.
- c) Embate Unilateral.
- d) Guerra Híbrida.

18. José Maria da Silva Paranhos Júnior, conhecido como Barão de Rio Branco, foi muito importante para a política externa brasileira, servindo como Ministro das Relações Exteriores de 1902 a 1912. Entre suas contribuições, podemos citar:

- a) Liderou a delegação brasileira na Conferência de Paz de Versalhes em 1919, garantindo assento permanente para o Brasil no Conselho da Liga das Nações.
- b) É considerado o patrono da diplomacia brasileira, deixou legado de pragmatismo e opção pela solução pacífica de controvérsias.
- c) Promoveu a assinatura do Tratado de Trocatas com o Uruguai, consolidando o livre trânsito de navegação na Bacia do Prata.
- d) Comandou a delegação do Brasil na Convenção de Haia de 1907, com reconhecimento internacional por defender o princípio da igualdade jurídica das nações.

19. O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) conhecido como o Banco dos BRICS, é uma instituição financeira multilateral criada em julho de 2014 pelos países do bloco (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Seu foco de atuação é:

- a) Desenvolvimento de insumos medicinais e pesquisas sobre epidemias e vacinas.
- b) Investimentos em energia limpa, transporte, saneamento básico e proteção ambiental.
- c) Cooperação para mitigação da desigualdade social nos países membro, com foco na preservação nutricional das populações.
- d) Foco no desenvolvimento de tecnologias militares compartilhadas pelos países-membros.

20. _____ se refere a um instrumento jurídico que obriga fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a estruturarem sistemas de logística reversa para que haja

retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, independentemente do serviço público de limpeza.

A lacuna deve ser preenchida corretamente pela alternativa:

- a) O Licenciamento Ambiental Integrado
- b) A Avaliação de Impacto Ecológico
- c) A Pegada Ecológica Corporativa
- d) A Responsabilidade Compartilhada

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Considerando as regras apresentadas acerca da transmissão das obrigações, analise as situações a seguir:

I- O credor de determinada obrigação cede seu crédito a terceiro, sem a anuência do devedor. Antes de ser notificado da cessão, o devedor efetua o pagamento ao credor originário e somente posteriormente toma conhecimento da transferência;

II- Um terceiro assume a obrigação de determinado devedor mediante negócio jurídico celebrado com este, tendo o credor manifestado expressamente seu consentimento. Posteriormente, o novo devedor pretende opor ao credor uma exceção de natureza pessoal que pertencia exclusivamente ao devedor originário;

III- Um crédito é cedido a título oneroso, sem qualquer estipulação acerca da solvência do devedor. Posteriormente, o devedor torna-se insolvente e deixa de cumprir a obrigação.

Com base na teoria das obrigações, assinale a alternativa correta:

- a) Na situação I, o pagamento realizado ao credor originário antes da notificação da cessão não exonera o devedor, pois, uma vez celebrado o negócio entre cedente e cessionário, o crédito passa imediatamente a pertencer exclusivamente ao cessionário. Na situação II, o novo devedor poderá opor as exceções pessoais do devedor primitivo, pois assume a obrigação nas mesmas condições em que ela originalmente existia.
- b) Na situação II, o consentimento do credor é dispensável quando o negócio de assunção é celebrado entre o devedor originário e o terceiro. Na situação III, a insolvência do devedor gera automaticamente responsabilidade do cedente.
- c) Na situação I, o devedor fica desobrigado se, antes de ter conhecimento da cessão, pagar ao credor primitivo. Na situação III, salvo estipulação em contrário, o cedente não responde pela solvência do devedor, responsabilizando-se, na cessão onerosa, pela existência do crédito ao tempo da transferência.
- d) Na situação I, o devedor somente poderá ser considerado desobrigado se a cessão tiver sido formalizada por instrumento público e registrada antes do pagamento. Na situação III, o cedente

responde pela solvência do devedor até o valor integral do crédito, ainda que tenha recebido quantia inferior em razão da cessão.

22. Sobre a obrigação alimentar, considerando os requisitos, características e hipóteses de revisão dos alimentos, assinale a alternativa correta:

- a) A obrigação alimentar entre parentes é subsidiária, de modo que, ainda que o parente de grau mais próximo possua capacidade parcial de pagamento, o alimentando poderá optar por exigir integralmente os alimentos de parentes de grau mais remoto.
- b) A sentença que fixa alimentos produz coisa julgada quanto ao valor estabelecido, razão pela qual sua alteração somente pode ocorrer mediante novo acordo entre alimentante e alimentando, salvo comprovada alteração da economia nacional.
- c) A obrigação alimentar é recíproca e, havendo vários obrigados do mesmo grau, todos devem concorrer proporcionalmente aos seus recursos; contudo, em relação ao idoso, a obrigação é solidária, podendo este escolher qualquer dos prestadores.
- d) Quando a necessidade do alimentando decorrer de sua própria culpa, fica integralmente afastado o direito aos alimentos, pois a obrigação alimentar pressupõe necessidade involuntária.

23. Durante determinado processo, o autor, após a citação do réu e antes da prolação da sentença, manifesta expressamente sua intenção de desistir da ação. O réu, contudo, não concorda com a desistência. Considere, ainda, que o acórdão paradigma do recurso representativo da controvérsia já foi publicado e que a questão discutida no processo é idêntica àquela resolvida no referido julgamento, na forma do art. 1.040, § 1º, do CPC. Com base nas regras relativas aos atos das partes e aos atos jurisdicionais, assinale a alternativa correta:

- a) A desistência dependerá necessariamente da concordância do réu, pois a citação já ocorreu, não havendo qualquer exceção a essa regra. Caso o autor deixe de praticar os atos necessários ao prosseguimento do processo, estará caracterizado abandono, que poderá conduzir à perempção.
- b) Sendo a questão idêntica àquela resolvida pelo recurso representativo da controvérsia, o autor poderá desistir da ação, antes da sentença, independentemente do consentimento do réu, ainda que já tenha sido apresentada contestação.
- c) A desistência, por ser ato unilateral de disposição, independe sempre da concordância do réu, ainda que este já tenha sido citado e apresentado contestação, devendo o juiz apenas homologá-la por despacho de mero expediente, sem resolução do mérito.
- d) A manifestação do autor configura renúncia ao direito material, pois, após a citação, a desistência somente pode ocorrer mediante concordância do réu. Assim, caso homologada, a sentença produzirá resolução do mérito e impedirá a repositura da demanda.

24. João possui contra Pedro um título executivo extrajudicial, líquido, certo e exigível. Durante a execução, verifica-se que Pedro é casado sob o regime de comunhão parcial de bens e que a dívida, embora contraída exclusivamente por ele, presume-se realizada em benefício da família. Além disso, Pedro transferiu determinado imóvel a terceiro depois de já estar configurada situação caracterizadora de fraude à execução. Considerando as regras relativas à execução e aos seus sujeitos, assinale a alternativa correta:

- a) A execução poderá ser promovida contra Pedro e sua esposa como litisconsortes necessários, pois, uma vez presumido o proveito comum da dívida, o cônjuge passa automaticamente à condição de devedor constante do título executivo.
- b) Tanto o cônjuge quanto o terceiro adquirente somente poderão ser atingidos pela execução se tiverem participado da fase de conhecimento, pois o princípio da nulidade da execução sem título impede que qualquer pessoa não expressamente indicada no título responda pela obrigação.
- c) Como o título é extrajudicial, somente Pedro poderá figurar no polo passivo da execução, pois a responsabilidade patrimonial de terceiros somente pode existir quando expressamente reconhecida em sentença judicial.
- d) O terceiro adquirente do imóvel poderá ter o bem atingido pela execução, em razão da ineficácia da alienação realizada em fraude à execução, ainda que não tenha contraído a obrigação nem sucedido Pedro; já o cônjuge poderá ter seu patrimônio atingido sem necessariamente ser devedor ou parte na execução.

25. Durante uma festa, João, de 19 anos, por decisão própria, ingeriu grande quantidade de bebida alcoólica, assumindo voluntariamente o risco de ficar embriagado. Algumas horas depois, completamente embriagado, acreditando estar sendo atacado por uma pessoa que, na realidade, pretendia apenas conversar com ele, João desferiu golpes contra a vítima, causando-lhe lesões graves. Perícia constatou que João não apresentava doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado e que, no momento da conduta, estava completamente incapaz de compreender seu caráter ilícito. À luz do tratamento da imputabilidade penal, assinale a alternativa correta:

- a) João é imputável, pois a embriaguez que decorre de comportamento voluntário do agente não exclui a imputabilidade, ainda que tenha produzido incapacidade completa de compreensão da ilicitude.
- b) João é inimputável, pois a incapacidade completa de compreender a ilicitude existente no momento da conduta prevalece sobre a causa que produziu a embriaguez.
- c) João é semi-imputável, pois, embora sua capacidade de compreensão estivesse completamente comprometida, a ausência de intenção prévia de se

embriagar impede o reconhecimento da inimputabilidade.

- d) João é inimputável, pois sua incapacidade completa de compreensão, associada à ausência de intenção de praticar o crime quando iniciou a ingestão de álcool, caracteriza embriaguez não preordenada apta a excluir a imputabilidade.

26. Um servidor responsável pelo almoxarifado de uma repartição pública recebe, por engano do fornecedor, 20 unidades de determinado equipamento quando a nota fiscal e a ordem de compra indicavam apenas 10. Percebendo o equívoco, o servidor decide ocultar as unidades excedentes e posteriormente apropriá-las. Em outra ocasião, aproveitando-se de seu acesso às dependências da repartição, subtrai um equipamento que estava sob a guarda de outro setor e sobre o qual não possuía posse ou detenção em razão de seu cargo. Considerando as situações narradas, assinale a alternativa correta:

- a) O primeiro fato configura peculato-apropriação, pois o servidor recebeu legitimamente os equipamentos e posteriormente passou a agir como proprietário; o segundo configura peculato-furto, pois o acesso privilegiado decorrente do cargo é suficiente para caracterizá-lo.
- b) O primeiro fato configura peculato mediante erro de outrem, mas somente se o servidor tiver provocado o erro do fornecedor; o segundo configura furto, pois a inexistência de posse afasta necessariamente os crimes funcionais.
- c) O primeiro fato configura peculato mediante erro de outrem, desde que o erro seja do fornecedor; o segundo configura peculato-furto, pois o servidor não tinha a posse ou detenção do equipamento e valeu-se da facilidade proporcionada por sua condição funcional.
- d) O primeiro fato configura estelionato, pois a obtenção dos equipamentos decorreu de erro do fornecedor; o segundo configura peculato-apropriação, pois o servidor tinha acesso funcional ao equipamento.

27. À luz das disposições sobre prova emprestada, prova indiciária, presunção, ficção e ônus da prova no processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) A prova emprestada conserva plena eficácia no processo de destino quando houver identidade entre as partes e o fato probando, ainda que não tenha sido assegurado o contraditório no processo originário, desde que seja permitido às partes se manifestarem sobre ela no processo de destino.
- b) A ficção jurídica distingue-se da presunção porque esta considera juridicamente verdadeiro aquilo que, na realidade, não ocorreu, enquanto aquela decorre de uma operação mental fundada em um fato conhecido para alcançar outro desconhecido.
- c) Segundo o Supremo Tribunal Federal, cabe ao Ministério Público demonstrar os fatos constitutivos da acusação, enquanto compete ao acusado

comprovar fatos extintivos, impeditivos ou modificativos da pretensão punitiva.

- d) O indício constitui verdadeiro meio de prova e pode, quando suficiente, forte e coerente, fundamentar uma condenação, desde que a relação entre o fato comprovado e o fato que se pretende provar seja suficientemente segura para afastar conclusões alternativas razoáveis.

28. Considerando os princípios e direitos previstos na Parte Geral do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- a) A prioridade absoluta assegurada à criança e ao adolescente autoriza sua prevalência sobre qualquer outro grupo vulnerável, inclusive quando a prioridade deste também estiver prevista constitucionalmente.
- b) A condição peculiar de pessoa em desenvolvimento não reduz a titularidade de direitos da criança e do adolescente, mas justifica tratamento diferenciado e a consideração de sua opinião nas questões que diretamente lhes dizem respeito.
- c) A ausência de recursos materiais não determina, por si só, a perda do poder familiar, mas pode justificar a suspensão desse poder quando comprometer a capacidade dos pais de assegurar sustento e educação.
- d) O reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos transfere ao Estado a responsabilidade principal por sua proteção, cabendo à família atuação complementar na garantia dos direitos fundamentais.

29. Uma pessoa com deficiência requer o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e reside com seus pais e um irmão solteiro. Sua mãe, pessoa idosa com mais de 65 anos, recebe benefício previdenciário no valor de um salário-mínimo. Considerando as regras aplicáveis ao cálculo da renda familiar, assinale a alternativa correta:

- a) O benefício previdenciário recebido pela mãe deverá ser computado, pois somente o Benefício de Prestação Continuada recebido por idoso ou pessoa com deficiência pode ser excluído.
- b) O benefício previdenciário somente poderá ser excluído se a renda familiar per capita, antes da exclusão, for inferior a um quarto do salário-mínimo.
- c) O benefício previdenciário recebido pela mãe não será computado na renda familiar, por se tratar de benefício de até um salário-mínimo recebido por pessoa idosa com mais de 65 anos.
- d) O benefício previdenciário poderá ser excluído apenas se a mãe também possuir deficiência e estiver recebendo o Benefício de Prestação Continuada.

30. Considerando a distinção entre suspensão e interrupção dos efeitos do contrato de trabalho, bem como suas características e hipóteses, analise os itens a seguir:

I- Na suspensão dos efeitos do contrato de trabalho, ocorre cessação temporária dos principais efeitos do contrato, de modo que o empregado não presta serviços, o empregador não tem obrigação de pagar salários e, em regra, não há contagem do tempo de serviço;

II- Na interrupção dos efeitos do contrato de trabalho, embora o empregado deixe temporariamente de prestar serviços, permanecem alguns efeitos do pacto laboral, sendo característica típica a manutenção da remuneração e da contagem do tempo de serviço;

III- A cessação do contrato de trabalho e a suspensão ou interrupção de seus efeitos não se confundem, pois a primeira atinge a própria existência do vínculo, enquanto as últimas pressupõem a continuidade do contrato, ainda que seus efeitos sejam temporariamente total ou parcialmente sustados.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Apenas o item I está correto.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.

31. Carlos trabalhou para uma empresa de 2016 a 10/3/2025, quando seu contrato foi encerrado. Em 20/2/2026, ajuizou reclamação trabalhista pleiteando diferenças salariais decorrentes da supressão, em 2021, de parcela prevista apenas em regulamento interno da empresa, horas extras referentes aos últimos oito anos e indenização por dano moral decorrente de fato ocorrido em 2022, relacionado à relação de trabalho. Durante a execução da sentença, Carlos deixou de cumprir uma determinação judicial necessária ao prosseguimento do processo e permaneceu inerte por mais de dois anos. Considerando as regras apresentadas no texto, assinale a alternativa correta:

- a) A supressão da parcela prevista em regulamento interno está sujeita à prescrição parcial.
- b) O pedido de indenização por dano moral está necessariamente sujeito ao prazo prescricional de três anos previsto no Código Civil, por possuir natureza extrapatrimonial.
- c) As horas extras referentes ao período anterior aos cinco anos que precedem o ajuizamento da reclamação estão alcançadas pela prescrição.
- d) A inércia de Carlos por mais de dois anos durante a execução não produz prescrição intercorrente, pois a prescrição trabalhista somente pode ocorrer antes do ajuizamento da reclamação.

32. Considerando a distinção entre receitas originárias e derivadas, bem como os critérios utilizados para diferenciar taxa de preço público, assinale a alternativa correta:

- a) A natureza tributária de determinada cobrança decorre essencialmente da denominação atribuída pelo legislador, de modo que, se a lei a denominar

“preço público”, não poderá o intérprete reconhecê-la como taxa, ainda que sua cobrança seja compulsória.

- b) A existência de contraprestação estatal é suficiente para caracterizar determinada cobrança como preço público, pois os tributos, por constituírem receitas derivadas, não podem estar vinculados à prestação de serviços pelo Estado.
- c) A presença do Estado como prestador exclusivo de determinado serviço é suficiente para caracterizar a remuneração como taxa, pois a atuação estatal em regime de monopólio elimina a possibilidade de existência de preço público.
- d) A compulsoriedade relevante para caracterizar uma taxa não decorre simplesmente do fato de o pagamento ser exigível após a utilização de um serviço, mas da imposição jurídica da prestação, independentemente da vontade das partes.

33. Uma empresa teve um crédito tributário que foi regularmente constituído após procedimento de lançamento. Discordando da exigência, ajuizou ação para discutir a validade do tributo e, sem aguardar decisão judicial, efetuou o depósito judicial do montante integral do crédito tributário discutido. Considerando os efeitos jurídicos do depósito integral, assinale a alternativa correta:

- a) O depósito judicial somente suspende a exigibilidade após decisão judicial expressa reconhecendo a existência de fundamento relevante na ação proposta pelo contribuinte.
- b) O depósito integral extingue imediatamente o crédito tributário, pois a quantia depositada equivale, para fins tributários, ao pagamento do débito.
- c) O depósito judicial integral suspende a exigibilidade do crédito tributário, ainda que não tenha sido concedida liminar ou tutela judicial suspendendo a cobrança, pois o depósito constitui garantia do crédito e impede sua exigência enquanto permanecer realizado.
- d) O depósito judicial não produz efeito sobre a exigibilidade do crédito, pois somente o depósito realizado perante a administração tributária pode suspender a cobrança.

34. A respeito da classificação das receitas públicas, considere as seguintes afirmações:

I- As receitas originárias decorrem da atuação do Estado como agente particular, em relação de coordenação com o particular, e podem decorrer da exploração de seu patrimônio ou da prestação de serviços remunerados por preços públicos;

II- As receitas derivadas resultam do poder de imposição do Estado perante o particular e abrangem, entre outras, as receitas provenientes de tributos e penalidades;

III- As receitas transferidas decorrem de relações financeiras entre entes da Federação, mas sua transferência não altera, quanto à sua origem, a natureza

originária ou derivada da receita arrecadada pelo ente que promoveu sua instituição e arrecadação;

IV- A classificação das receitas em correntes e de capital considera a origem da relação jurídica que deu causa ao ingresso, de modo que receitas tributárias são receitas de capital, enquanto receitas patrimoniais são receitas correntes.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- c) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.

35. No que se refere às ações de defesa da Constituição brasileira, assinale a alternativa correta:

- a) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental possui a mesma amplitude da Ação Direta de Inconstitucionalidade, podendo defender qualquer dispositivo constitucional, independentemente da existência de outro meio eficaz.
- b) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental possui caráter subsidiário, exige controvérsia relacionada a preceito fundamental e, em regra, suas decisões possuem eficácia contra todos e efeito vinculante.
- c) A Ação Declaratória de Constitucionalidade pode ter por objeto lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, e seu julgamento somente poderá resultar na declaração de constitucionalidade.
- d) A Ação Direta de Inconstitucionalidade é cabível contra atos normativos anteriores ou posteriores à Constituição de 1988, inclusive leis municipais, desde que exista incompatibilidade direta com a Constituição Federal.

36. No âmbito da repartição constitucional de competências legislativas, determinada lei estadual disciplina matéria inserida, em princípio, no campo da competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal. Já existe lei federal sobre o tema, que estabelece determinadas condutas como permitidas, sem instituir disciplina exaustiva sobre todos os seus aspectos. Considerando o regime constitucional da competência concorrente e os critérios utilizados pelo Supremo Tribunal Federal para distinguir normas gerais de normas suplementares, assinale a alternativa correta:

- a) A lei estadual, embora possa suplementar a legislação federal para atender às peculiaridades regionais, não pode estabelecer disciplina incompatível com norma geral federal válida, inclusive para afastar autorização nela prevista.
- b) A existência de lei federal sobre a matéria impede sempre qualquer atuação legislativa estadual, pois a competência concorrente somente permite aos Estados editar normas enquanto inexistir legislação federal.

- c) O Estado pode estabelecer disciplina contrária à lei federal, desde que demonstre que sua norma atende a peculiaridades regionais, pois a competência concorrente assegura autonomia legislativa plena aos Estados.
- d) A repercussão da matéria no comércio interestadual é suficiente para convertê-la em competência privativa da União, ainda que a Constituição a tenha expressamente incluído na competência concorrente.

37. Considerando a posição do Supremo Tribunal Federal sobre o caráter solidário da Previdência Social e sobre a criação e o recálculo de benefícios previdenciários, especialmente quanto à desaposentação, assinale a alternativa correta:

- a) A solidariedade, embora relevante para a Seguridade Social, não constitui elemento capaz de limitar a autonomia dos Estados-membros, por se tratar de princípio restrito ao financiamento previdenciário.
- b) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a desaposentação como decorrência do direito adquirido, independentemente de previsão legal específica para o novo cálculo do benefício previdenciário.
- c) A solidariedade permite que alterações no sistema previdenciário sejam realizadas sem observância dos demais princípios constitucionais, desde que destinadas à preservação do equilíbrio financeiro e atuarial.
- d) No Regime Geral de Previdência Social, a criação de benefícios e vantagens previdenciárias depende de previsão legal, razão pela qual o Supremo Tribunal Federal afastou, por ausência de previsão legislativa, o direito à desaposentação.

38. O Município Alfa, diante da insuficiência da rede pública de atendimento médico, celebrou contrato com uma entidade privada sem fins lucrativos para a prestação de serviços de saúde à população. A entidade passou a atender gratuitamente os usuários encaminhados pelo Município, submetendo-se às normas e à fiscalização do Poder Público e aos princípios aplicáveis à prestação de serviços públicos. Paralelamente, uma clínica privada situada no mesmo Município passou a oferecer, por iniciativa própria e mediante pagamento, serviços médicos particulares, estando apenas sujeita às normas sanitárias e ao poder de polícia estatal. Considerando os elementos da definição de serviço público e sua classificação, assinale a alternativa correta:

- a) Os serviços de saúde prestados pela entidade privada contratada pelo Município caracterizam serviço público, enquanto os serviços oferecidos por iniciativa própria pela clínica particular constituem atividade privada de interesse público, não sendo, por si só, serviço público em sentido jurídico.
- b) Tanto os serviços prestados pela entidade contratada pelo Município quanto os oferecidos pela

clínica particular constituem serviços públicos, pois ambos atendem a uma necessidade coletiva de saúde e estão submetidos à regulamentação e fiscalização estatal.

- c) Os serviços prestados pela entidade privada contratada pelo Município não podem ser considerados serviços públicos, pois o elemento subjetivo exige que a execução seja realizada diretamente por órgão ou entidade integrante da Administração Pública.
- d) Os serviços prestados pela entidade contratada pelo Município deixam de ser serviços públicos porque a execução por pessoa jurídica de direito privado implica necessariamente submissão integral ao regime de direito privado, enquanto os serviços da clínica particular são públicos por atenderem diretamente a uma necessidade coletiva.

39. O Município Alfa celebrou contrato administrativo, após regular licitação, para a construção de um complexo esportivo municipal. Durante a execução, a Administração constatou a necessidade de modificar determinadas especificações técnicas do projeto para adequá-lo às necessidades atuais da população, o que também acarretou acréscimo quantitativo correspondente a 20% do valor inicial atualizado do contrato. A empresa contratada alegou que a alteração não poderia ser imposta unilateralmente e que, caso fosse realizada, não estaria obrigada a executá-la sem a celebração de novo contrato. A Administração, por sua vez, determinou a execução das modificações, comprometendo-se a promover os ajustes financeiros necessários. Considerando as características dos contratos administrativos e as disposições da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- a) A Administração pode alterar unilateralmente o contrato, mas somente para reduzir quantitativamente o objeto, pois os acréscimos dependem sempre da concordância do contratado, ainda que respeitado o limite legal de 25%.
- b) A Administração não pode impor unilateralmente a alteração, pois o objeto do contrato foi definido na licitação e qualquer modificação depende necessariamente da concordância do contratado e da celebração de novo contrato.
- c) A Administração pode alterar unilateralmente o contrato sem qualquer limitação quantitativa, desde que demonstre a existência de interesse público, pois as cláusulas exorbitantes conferem ao Poder Público supremacia absoluta sobre o contratado.
- d) A Administração pode promover unilateralmente a alteração do contrato, nas hipóteses previstas em lei, inclusive para modificar o projeto ou as especificações e para promover acréscimos quantitativos de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, desde que preservado o equilíbrio econômico-financeiro.

40. A respeito dos principais instrumentos jurídicos de proteção ambiental, assinale a alternativa correta:

- a) A ação popular pode ser proposta por cidadão, associação, pessoa jurídica ou Ministério Público, desde que destinados à proteção do meio ambiente.
- b) Na ação civil pública, a competência do local do dano é relativa e pode ser prorrogada, inexistindo prevenção para ações posteriores com mesma causa de pedir ou objeto.
- c) A legitimidade para o mandado de segurança coletivo é idêntica à da ação civil pública, bastando à associação possuir finalidade institucional de proteção ambiental.
- d) A ação civil pública tutela interesses transindividuais, inclusive interesses difusos relacionados ao meio ambiente, e possui amplo rol de legitimados.

PROVA DISCURSIVA

O Município XYZ, por meio de sua Administração direta, celebrou contrato administrativo para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação. Durante a execução, a fiscalização solicitou à contratada que comprovasse a manutenção da equipe técnica mínima exigida pelo contrato.

Em resposta, a empresa prestou declaração formal afirmando que determinados profissionais permaneciam vinculados à execução do objeto. Posteriormente, registros oficiais e documentos apresentados pela própria contratada demonstraram que esses profissionais já haviam sido desligados antes da emissão da declaração. Para os fins desta questão, considere comprovado que a contratada, ciente do desligamento dos profissionais e sem qualquer justificativa juridicamente admissível, prestou conscientemente a declaração falsa.

Diante dos fatos, o Diretor do Departamento de Contratos propôs a aplicação imediata, sem instauração de processo de responsabilização e sem análise jurídica prévia, das seguintes sanções: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo de 2 (dois) anos, com efeitos restritos ao Município XYZ, e multa correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor do contrato, percentual previsto no instrumento contratual. O Diretor sustentou, ainda, possuir competência para aplicar ambas as sanções e afirmou que a empresa seria automaticamente reabilitada ao término do período estabelecido.

Na condição de Procurador(a) do Município XYZ, elabore parecer jurídico sobre a proposta apresentada, examinando o enquadramento da conduta da contratada; a sanção aplicável, sua duração e seu alcance; a autoridade competente e o procedimento necessário para sua aplicação; a possibilidade de cumulação e os limites da multa; e os requisitos para eventual reabilitação da empresa.

ÁREA PARA RASCUNHO DA RESPOSTA DA PROVA DISSERTATIVA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	

14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	

45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	

76	
77	
78	
79	
80	